

AS FACES DE JANUS
AS POLÍTICAS EDUCATIVAS EM MATÉRIA DE CIDADANIA NOS ANOS 90
EM PORTUGAL

Madalena Mendes¹

Resumo

Partimos do pressuposto de que o campo educativo enquanto campo de transnacionalização, é construído na convergência activa entre *agencialismos* nacionais e internacionais num processo dinâmico, fluído e biunívoco de entrosamento e embaralhamento, que conduz a re-leituras, a particularismos, a singularidades e a hibridismos resultantes das tradutabilidades nacionais.

A globalização do campo educativo traduzida na expansão e disseminação de modelos uniformizados e padronizados dos fenómenos educativos tem vindo a favorecer, em simultâneo, o aparecimento de fenómenos de re-localização expressos em práticas locais alternativas construídas a partir das intersubjectividades dos actores e das interações com contextos envolventes e assumindo uma variabilidade e uma polifonia de formas (e.g., organizacionais, pedagógicas).

Os Sítios de Cidadania, figura assaz interessante para a perspectiva de análise em que nos situamos, dizem respeito à gestão da vida democrática e estão intrínsecamente co-relacionados com as questões da participação, da coesão social, da igualdade, da solidariedade, da responsabilidade, do *empowerment*, etc. Iniciativas e abordagens inovadoras levadas a cabo em contextos formais e não formais, por escolas, associações, organizações, comunidades, cidades, regiões, etc., em prol do aprofundamento da vida democrática, consubstanciaram e tomaram forma como Sítios de Cidadania

Compreender e desocultar o multimodo desenvolvimento das faces da regulação e da emancipação assumido pelas políticas educativas em matéria de cidadania democrática, nos anos 90, em Portugal, no cruzamento entre agencialismos transnacionais e nacionais, constitui o objectivo central da nossa comunicação. Para o efeito aliaremos, ao instrumental teórico-epistemológico, regulação-emancipação, e, em contraponto, as mais-valias metodológicas resultantes da análise dos principais documentos orientadores da política educativa, dos relatórios produzidos no âmbito do Projecto ECD e das entrevistas aos actores do Sítio de Cidadania.

¹ Mestre em Ciências da Educação, especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas. Investigadora do Centro de Estudos Observatório de Políticas de Educação e Contextos Educativos – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
CONTACTO: RUA BERNARDO SANTARENO, 28, ALTO DO MOINHO, 2855-016 CORROIOS, PORTUGAL; E-MAIL: madalena.mendes@netcabo.pt

Preside a todas as passagens, é um deus porta, um deus ponte, um deus chave. Liga tudo o que existe porque nada existe em separado, a não ser num estado ilusório (...). De duplo rosto, atento às entradas e às saídas, ao corpo e também à alma, à força que impele e à que retrai, eis o mestre com o qual podemos aprender a reconciliação, a complexidade, a articulação que existe entre os opostos. Vejo-o como um arco flexível, ou um barco que liga as duas margens do rio, moeda que não existe sem ambas as faces. Representa o valor essencial da dualidade e também a superação desse equívoco.

Risoleta Pinto Pedro, 2003²

A centralidade assumida pela semântica discursiva da cidadania, nos anos 90 em Portugal, despoletou da nossa parte motivação e interesse numa reflexão interpelativa das políticas educativas em matéria de cidadania a partir das propostas do Projecto do Conselho da Europa – Educação para a Cidadania Democrática (1997-2000) e do contributo português expresso na delimitação do Sítio de Cidadania.- experiência(s) de construção da relação democrática desenvolvidas em contextos formais, informais e não formais.

Num contexto de globalização crescente que impõe novos matizes às políticas educativas terão os anos 90 assistido ao emergir de uma nova forma de pensar a educação, já educação para a cidadania, enquanto ethos atravessado por energias emancipatórias ou ao invés terão sido aquelas estruturadas e anquisoladas em padronizações regulatórias ou re-regulatórias?

Compreender e desocultar o multimodo desenvolvimento das faces da regulação e da emancipação assumido pelas políticas educativas em matéria de cidadania democrática, nos anos 90, em Portugal, no cruzamento entre agencialismos transnacionais e nacionais, constitui o objectivo central da nossa comunicação.

A interpelação das políticas educativas é feita a partir:

- das propostas do Conselho da Europa e do projecto ECD (1997-2000) e do papel das políticas europeias na transnacionalização do campo educativo através da identificação das coordenadas discursivas dominantes, das propostas de construção e transformação das políticas *top down* em políticas *bottom up* e dos contributos para a construção das reformas *grass-roots*; da emergência da ECD nas políticas educativas nacionais,
- da reconstituição do contexto socio-político dos anos 90 e da singularidade das realidades portuguesas, das dinâmicas em torno da cidadania democrática e seus reflexos nas opções políticas nacionais do contributo do Sítio de Cidadania português no sentido de entretecer as dinâmicas, as tensões e contradições inerentes aos processos de construção social da cidadania

² Crónica apresentada no programa Quarta-crescente, Despertar dos Músicos, Antena 2, em 15/01/2003.

1. O Oráculo de Delfos ou os poderes demiúrgicos da ECD

No processo de construção de uma agenda global em torno da consagração de políticas educativas em matéria de ECD, o Conselho da Europa assume, nos anos 90, papel decisivo.

As propostas do Conselho da Europa para a construção de políticas educativas *bottom up* e de reformas *grass-roots* ancoradas numa política de experiência valorizadora do empowerment, autonomia, partenariado, trabalho em rede, responsabilização e participação dos actores e sustentadas numa visão holística e demiúrgica de cidadania, redundantemente dita democrática, patente na extensibilidade das funções educativas aos horizontes da sociedade/cidade educativa e na conciliação democrática entre as variáveis social, económica, cultural e política através das exigências em torno de um novo contrato social, perfilada simultaneamente como objectivo educacional, como critério de garantia de qualidade, como instrumento de coesão social, como um processo contínuo de mudança e como pilar da *learning society*, legitimam a construção semântica de uma agenda globalmente estruturada em termos de modelos, recomendações e de opções a tomar pelas políticas nacionais.

No processo de transnacionalização do campo educativo, as políticas europeias em matéria de ECD encarnam os poderes demiúrgicos providenciados pelo Oráculo de Delfos, na Antiguidade Grega., apresentando-se como a única forma possível e desejável de pensar a democratização das democracias. O ideal optimista e prometeico da ECD propalado pelo Conselho da Europa serve de pressuposto legitimador do ideal regulatório de uma sociedade performativa anquilosada na dimensão europeia da cidadania, preocupada em realizar-se como a economia mais competitiva do mundo. A fórmula compósita, regeneradora e reconstrutora da ECD teria a função providencial de restabelecer o ideal paradigmático de uma Europa-cidadã integrada, coesa e inclusa e de aliar a cidade educativa (inspirada num projecto de emancipação) aos ditames da sociedade performativa (radicada nas padronizações regulatórias da eficácia, da excelência e da qualidade).

2. As faces de Janus ou o multimodo desenvolvimento das políticas educativas em Portugal nos anos 90

A condição semiperiférica e intermédia da sociedade portuguesa, a simultânea crise e consolidação da escola de massas e do Estado-Providência e os desafios colocados em torno da integração europeia convocam políticas educativas estruturadas em lógicas distintas e contraditórias: educação, competitividade e cidadania.

Num processo de permeabilidade entre a ideologia da modernização e a ideologia da inclusão, a semântica discursiva apresenta um cariz acentuadamente projectocrático, sensível às questões da coesão e diversidade social, visível no apelo ao papel da educação para a gestão da crise social e para o combate à exclusão.

O Sítio de Cidadania emerge como laboratório vivo de múltiplas e inovadoras experiências desenvolvidas pelos actores em contextos fortemente marcados pela exclusão social, protótipo das abordagens *bottow up* e potencial enformador das reformas *grass roots*.

À descontextualização e desestruturação resultante dos problemas e desigualdades sociais, o Sítio de Cidadania apõe:

- a mobilização dos sujeitos-actores em redes sinérgicas;
- o mito da construção da sociedade/cidade educativa;
- a reconceptualização das aspirações individuais na invocação da metáfora do projecto;
- a configuração do local como espaço-tempo de possibilidade aberto à iniciativa e à inovação;
- os valores fundamentais da autonomia, da flexibilidade, da participação, da solidariedade, da adaptabilidade, etc.

A inscrição das políticas educativas na semântica discursiva da territorialização, da autonomia e da participação, de que o Sítio de Cidadania, constituiria o laboratório vivo de múltiplas experiências e dinamicidades em torno da relação democrática, legitima o modo como o Estado Regulador equaciona a questão social. A sobreposição da finalidade de igualdade de oportunidades à luta contra a exclusão apela a uma política da qualidade e da eficácia. Aproximar os cidadãos do processo de tomada de decisão, multiplicar os actores envolvidos, apelar à interdependência das instituições, encontrar as soluções mais eficazes junto do local, promover o desenvolvimento local integrado e desenvolver projectos para a construção das sociedades educadoras parece configurar uma democracia de proximidade.

O pretenso discurso da democratização dá lugar a modelos gestionários onde as ideias de proximidade, de arrojo, de risco e de iniciativa, de *empowerment*, de participação, de inovação são reinterpretadas e adaptadas num quadro de revitalização dos ideários neo-liberais.

Socorrendo-nos da matriz macroscópica, para a análise do projecto da modernidade, proposta por Santos (1994, 2000) – regulação-emancipação, vislumbramos nas políticas educativas em matéria de cidadania, perfiladas para os anos 90, em Portugal, duas faces, à luz do mito romano de Janus: as faces da regulação e da emancipação num *continuum* mimetismo e multimodo desenvolvimento enquanto expressão intrínseca de uma mesma realidade. A emancipação, nos novos contextos da singularidade das realidades portuguesas, deixa de ser o outro da regulação para se tornar no duplo da regulação.

3. A linguagem das possibilidades das políticas educativas

Pensamos que a semântica discursiva da cidadania, não obstante as tensões e contradições ou até mesmo a transmutação e transformação em estratégias regulatórias, a que esteve e a que está sujeita, constitui uma oportunidade histórica com potencialidades contra-hegemónicas que não devem de forma alguma ser descuradas. Pelas linguagens

discursivas e pelas propostas de projecto político-pedagógico de perfil emancipatório que lhe subjaz, possibilitou imprimir novos traços nos horizontes das políticas educativas.

A reinvenção de um novo mapa emancipatório que “contrariamente, aos desenhos de Escher, não se converta gradual e insidiosamente em mais um mapa de regulação” (Santos, 2001, p.306) impõe a necessidade de identificação de novos caminhos emancipatórios.

Neste processo de reinvenção da democracia sem fim, Santos (*ibid.*) propõe a passagem :

- de um *conhecimento-como-regulação* para um *conhecimento-como-emancipação*;
- da acção conformista à *acção-com-clinamen*³;
- de um contrato exclusivo a um contrato inclusivo e reconstrutor dos *espaços-tempo* local, nacional e transnacional da deliberação democrática.

A proposta de Santos (2001) é de transformar a capacidade cósmica do Estado numa capacidade caósmica que, ao invés de impôr formas de sociabilidade, crie condições para a experimentação social em cada um dos espaços estruturais, entendidos como espaços relacionais complexos e interdependentes: o espaço doméstico, o espaço de produção, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania e o espaço mundial. A abertura a uma política cosmopolita, ao diálogo intercultural, à hermenêutica democrática, diatópica e dialógica e à mobilização e reconstrução das subjectividades individuais e colectivas constituem condições indispensáveis à construção da democracia expansiva e participativa. Neste sentido, o paradigma da democratização global das relações sociais deve anquilosar-se na construção de políticas educativas, perfiladas como espaços de possibilidades de acção e de negociação, agregadoras do instável e do múltiplo e construídas e reconstruídas no limbo da experimentação social e da emergência de sociabilidades alternativas alterativas.

Interrogar as possibilidades de reinvenção da experimentação social no modo como constroem constelações de sentidos emancipatórios nos registos da razão cosmopolita e contra o desperdício da experiência (Santos, 2003), é responsabilidade de cada um de nós como actor social e como investigador.

³ O conceito de *clinamen* de Epicuro e Lucrécio pode ser entendido como uma espécie de declinação ou desvio da trajectória a que estariam sujeitas as combinações dos átomos. A característica da obliquidade introduzia, assim, um factor de indeterminação e aleatoriedade e, simultaneamente, de criatividade e movimento espontâneo. O *conhecimento-como-emancipação* é um conhecimento que implica o desenvolvimento de *acções-com-clinamen*.

Referências Bibliográficas:

- Santos, Boaventura Sousa Santos (1994). *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (2000). *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (Org.) (2001). *Globalização. Fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.
- Santos, Boaventura Sousa (Org.) (2003). *Conhecimento prudente para uma vida decente. Um "Discurso sobre as Ciências" revisitado*. Porto: Edições Afrontamento.